



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

TERMO DE CONTRATO Nº 66 /11

Processo Administrativo nº 10/10/47.300

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade: Pregão Presencial nº 053/11

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TECNOPHARMA MANIPULAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.123.390/0001-73, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de manipulação do medicamento Ganciclovir, em "Capela de Fluxo Laminar com Pressão Negativa", utilizado pelos pacientes do Centro de Referência DST/AIDS, nas condições estabelecidas no edital licitatório e Anexo I - Projeto Básico, que passam a integrar este instrumento, após assinatura das partes, para todos os fins e efeitos de direito e nas condições estabelecidas no presente Contrato.

SEGUNDA – DOS QUANTITATIVOS, DOS PREÇOS UNITÁRIOS E VALOR TOTAL DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

2.1. Pela prestação de serviços objeto do presente o Contratante pagará à Contratada, os seguintes valores unitários, para os quantitativos relacionados:

ITEM	TIPO DE MANIPULAÇÃO	QTD. ANUAL ESTIMADA / BOLSAS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Medicamento ganciclovir	1440	22,22	31.996,80

2.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor total estimado de R\$ 31.996,80 (trinta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) para o prazo de 12 (doze) meses.

2.3. Os valores definidos nesta cláusula incluem todos os custos, tributos e despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela prestação dos serviços objeto deste contrato.

TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. A prestação de serviços, objeto da presente licitação, vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Os preços unitários contratados serão reajustados após o período de 12 meses, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P_0 \times (\text{variação acumulada do IPCA}_1 \text{ até o IPCA}_{12})$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

Onde:

PR = Preço reajustado;

P_0 = Preço vigente;

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo –Índice Geral, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);

$IPCA_1$ = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

$IPCA_{12}$ = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

4.2. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pela Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 65 da lei 8.666/93, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

4.2.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

4.2.2. A autorização de revisão do preço contratado dependerá de aprovação pela Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

4.2.3. Enquanto as solicitações de revisão do preço contratado estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados ao preço vigente.

4.2.4. A Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com o preço revisado e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

4.2.5. Os mesmos dispositivos previstos neste subitem aplicam-se aos casos de solicitação de revisão do preço contratado pela Contratante.

QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato no valor de R\$ 31.996,80 (trinta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal sob os números 081000.08110.10.122.1009.4188.081001.339039.0101.310.000, conforme fls. 41.

SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deverá executar os serviços de acordo com o estabelecido na presente cláusula e no Anexo I - Projeto Básico, que faz parte integrante deste Termo de Contrato.

6.2. Informar na assinatura do contrato os números de telefones, aparelhos de rádio-chamada ou de qualquer outro meio de comunicação que permita a agilidade no



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

contato para o atendimento.

6.3. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com os serviços prestados, no ato da assinatura do contrato.

6.3.1. Caso ocorra alteração na indicação do preposto, a contratante deverá ser informada por escrito em um prazo máximo de 48 horas.

6.4. A Secretaria Municipal de saúde fornecerá à Licitante vencedora o medicamento (pó Ganciclovir para diluição) para a manipulação.

6.5. O início de cada serviço deverá ocorrer após a emissão da ordem de execução, conforme modelo no Anexo VII, emitida pelos farmacêuticos responsáveis do Centro de Referência DST/AIDS.

6.6. A Contratada deverá fazer toda a manipulação utilizando-se de equipamentos próprios e pessoal técnico capacitado, o qual fará uso dos equipamentos de segurança necessários, fornecidos pela mesma.

6.7. Para a perfeita prestação dos serviços, a Licitante vencedora deverá possuir "CAPELA DE FLUXO LAMINAR COM PRESSÃO NEGATIVA".

6.8. O medicamento será manipulado de acordo com o número de pacientes leito/dia e somente o necessário, podendo variar a quantidade semanal e até mesmo diária.

6.9. Deverão ser seguidas rigorosamente as prescrições determinadas pelos profissionais responsáveis do Centro de Referência DST/AIDS.

6.10. Os produtos manipulados deverão conter no rótulo as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

- Nome do médico prescritor;
- Nome do paciente;
- Concentração de ganciclovir;
- Especificação do Soro;
- Via administração;
- Estabilidade;
- Data e horário da manipulação.

6.11. A Contratada deverá retirar sempre que solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, o medicamento para manipulação, no Centro de Referência DST/AIDS, localizado à Rua Regente Feijó, 637 – Centro – Campinas/SP, e devolvê-lo no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a partir da manipulação, respeitando a sua validade, que é de no máximo 12 (doze) horas em temperatura ambiente ou 24 (horas) sob refrigeração, para aplicação, inclusive nos finais de semana e feriados.

6.11.1. Os produtos manipulados deverão ser entregues no Centro de Referência de DST/AIDS e em casos de internação de pacientes por ele encaminhados, a entrega poderá ser feita no Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, localizado à Av. Prefeito Faria Lima, 340 - Parque Itália – Campinas/SP.

6.12. Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora o fornecimento de meios para a conservação, bem como o transporte adequado do medicamento, observando o estabelecido no subitem 6.8.

6.13. No ato da entrega de cada medicamento manipulado, a Licitante vencedora deverá fornecer um documento de recebimento, em duas vias, sendo uma para o solicitante e outra para a Licitante vencedora, contendo as informações:

- Data;
- Nome do paciente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

- Quantidade de bolsas manipuladas por paciente;
- Quantidade total de bolsas manipuladas por entrega;
- Campo para assinatura de recebimento.

6.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.

6.15. Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação devendo fornecer aos seus empregados, quando necessário, os EPIs básicos de segurança.

6.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.

6.17. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Projeto Básico, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

6.18. Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços.

SÉTIMA – DO PESSOAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

7.1. O pessoal que a Contratada empregar para a prestação dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o Contratante e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da contratada. No caso de vir o contratante ser acionado judicialmente, a contratada a ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante obriga-se a:

8.1. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições estipuladas no presente contrato.

8.2. Acompanhar e fiscalizar os serviços através do Fiscal do Contrato, para esse fim designado.

8.3. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessários ao fiel cumprimento do Contrato.

8.4. Notificar a Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços.

8.5. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

NONA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A Secretaria Municipal de saúde por meio do Departamento Administrativo, Departamento de Saúde e/ou Centro de Referência de DST/AIDS, efetuará a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos necessários e comunicar à SMS quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços sendo que:

9.1.1. No desempenho de suas atividades, é assegurado à Fiscalização o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive todas as etapas da execução do serviço pela Contratada;

9.1.2. A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a Contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

10.1. Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 14.218/02.

10.2. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula:

11.1. A Licitante vencedora deverá fazer a medição do serviço, através de um Relatório mensal, baseado nos documentos de recebimento dos medicamentos, computando-se a quantidade de medicamentos manipulados no mês, que deverá ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

encaminhado ao Centro de Referência DST/AIDS até o quinto dia útil do mês seguinte, para ser aprovado. O Centro de Referência DST/AIDS terá o prazo de até 02 (dois) dias para aprová-lo ou rejeitá-lo.

11.2. O Relatório não aprovado será devolvido à Licitante vencedora para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para a sua reapresentação.

11.3. Após aprovação, a Licitante vencedora deverá apresentar ao Centro de Referência DST/AIDS o Relatório juntamente com a Fatura correspondente aos serviços executados no mês anterior. O Centro de Referência DST/AIDS terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

11.4. A Fatura não aprovada será devolvida à Licitante vencedora para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para a sua reapresentação.

11.4.1. A devolução da Fatura não aprovada, em hipótese nenhuma servirá de pretexto para que a Licitante vencedora suspenda a execução dos serviços.

11.5. A Fatura e o Relatório aprovados pelo Centro de Referência DST/AIDS serão encaminhados à Coordenadoria de Contratos e Serviços da SMS, que fará o aceite e encaminhará à Secretaria de Finanças.

11.6. A Secretaria de Finanças providenciará o pagamento da Fatura no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, a contar do aceite pela Coordenadoria de Contratos e Serviços da SMS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

11.7. O Contratante reterá o pagamento dos valores devidos, na hipótese da Licitante vencedora, não apresentar, quando requerida, comprovação do recolhimento do ISSQN, da contribuição previdenciária ao INSS e do FGTS.

DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DO FORNECIMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

12.1. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato, ficando a contratada como única e exclusiva responsável pela execução dos mesmos.

DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.1. O Contratante poderá exigir durante a execução do contrato a apresentação de qualquer um dos documentos exigidos para habilitação da Contratada na licitação.

DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes penalidades:

14.1.1. advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

14.1.2. multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Início dos Serviços, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

14.1.3. multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, incidente sobre o valor da ordem correspondente, após a retirada da ordem de serviço ou de fornecimento, podendo resultar na rescisão unilateral do contrato pela Administração.

14.1.4. multa de até 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, sempre que, for observado atraso injustificado no desenvolvimento do serviço e/ou fornecimento, ou for constatado descumprimento de quaisquer das outras obrigações assumidas pela contratada, podendo resultar, em caso de reincidência, no cancelamento do Contrato pela Administração;

14.1.5. em caso de rescisão unilateral do contrato pela Administração, decorrente do que prevêm os subitens 14.1.2 a 14.1.4, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração;

14.1.6. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

14.1.7. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Administração

14.1.7.1. Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelo prejuízos resultantes.

14.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

14.3. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

14.4. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1. Para os serviços objeto deste Contrato, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 053/11, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 10/10/47.300.

15.2. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos o instrumento convocatório da licitação e Anexos e a proposta da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Secretaria Municipal de Administração

DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do art. 79 do mesmo diploma legal.

16.2. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas-SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 08 de junho de 2011

JOSÉ FRANCISCO KERR SARAIVA
Secretário Municipal de Saúde

TECNOPHARMA MANIPULAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO LTDA.

Representante Legal:

RG nº

CPF nº